

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA

***CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO QUADRO
TÉCNICO DO CORPO AUXILIAR DA MARINHA
(CP-T/2020)***

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE
MATERIAL EXTRA**

SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

QUESTÃO 1

De acordo com a NORMAM-09/DPC, é considerado fato da navegação:

- (A) a morte de uma pessoa, ou ferimentos graves numa pessoa.
- (B) um dano material à infraestrutura marítima estranha a um navio.
- (C) a perda, suposta perda ou abandono de um navio.
- (D) o encalhe ou a varação de um navio, ou o envolvimento de um navio numa colisão.
- (E) a recusa injustificada de socorro à embarcação ou a naufragos em perigo.

QUESTÃO 2

De acordo com a NORMAM-11/DPC, define-se por dragagem o ato de retirada de material e sedimentos do leito dos corpos d'água, com finalidade específica. A partir das definições previstas na supracitada norma, assinale a opção que apresenta a dragagem realizada para restabelecer total ou parcialmente as condições originalmente licenciadas.

- (A) Dragagem de implantação.
- (B) Dragagem de manutenção.
- (C) Dragagem de mineração.
- (D) Dragagem de recuperação ambiental.
- (E) Derrocamento.

QUESTÃO 3

De acordo com as definições contidas na NORMAM-06/DPC, é correto afirmar que:

- (A) certificado estatutário - é o certificado com validade reduzida, emitido para viabilizar a operação regular de embarcações que apresentam deficiências ou restrições operacionais temporárias que não podem ser imediatamente sanadas.
- (B) certificado condicional - é o certificado emitido para atestar as condições do navio em conformidade com as regras específicas constantes das Convenções e Códigos Internacionais e/ou Normas da Autoridade Marítima Brasileira.
- (C) certificado de classe - é o certificado com validade reduzida que pode ser emitido para embarcações onde não foram detectadas deficiências, mas que apresentam restrições diversas que impedem a emissão imediata dos certificados definitivos.
- (D) certificado provisório - é o certificado emitido de maneira provisória pela Sociedade Classificadora para uma embarcação, atestando o atendimento às suas regras específicas.
- (E) acordo de reconhecimento - é o documento firmado entre a Autoridade Marítima Brasileira e a organização reconhecida para atuar em seu nome, que estabelece o escopo e as condições específicas de cada reconhecimento.

QUESTÃO 4

De acordo com a NORMAM-02/DPC, as embarcações destinadas ao transporte de cargas perigosas deverão cumprir os requisitos estabelecidos pelas normas internacionais, considerando-se a aplicação de acordo com a data de construção e o tipo de carga a ser transportada, mesmo que tais embarcações não efetuem viagens internacionais. Sendo assim, correlacione o tipo de carga perigosa com a sua correspondente norma internacional e assinale a opção correta.

TIPO DE CARGA

- I- embaladas
- II- cargas sólidas a granel
- III- produtos químicos líquidos a granel
- IV- gases liquefeitos a granel

NORMA INTERNACIONAL

- () IBC Code
 - () IGC Code
 - () IMSBC Code
 - () IMDG Code
- (A) (IV) (II) (I) (III)
 - (B) (III) (IV) (II) (I)
 - (C) (II) (I) (III) (IV)
 - (D) (I) (IV) (II) (III)
 - (E) (I) (II) (IV) (III)

QUESTÃO 5

O Decreto 8.033/2013, que regulamenta a Lei 12.815/2013 e demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias, estabelece em seu artigo 27 que os interessados em obter a autorização de instalação portuária poderão requerê-la à ANTAQ, a qualquer tempo, mediante a apresentação de alguns documentos, dentre eles o Parecer favorável da Autoridade Marítima, que deverá responder à consulta em prazo não superior a:

- (A) 15 dias.
- (B) 30 dias.
- (C) 90 dias.
- (D) 120 dias.
- (E) 180 dias.

QUESTÃO 6

De acordo com a NORMAM-08/DPC, qual é o nome do documento por meio do qual o representante da embarcação participa ao Órgão de Despacho a efetiva saída da embarcação para o próximo porto?

- (A) Passe de saída.
- (B) Pedido de despacho.
- (C) Aviso de saída.
- (D) Declaração geral de saída.
- (E) Comunicação de despacho.

QUESTÃO 7

De acordo com a Lei 9.432/1997, é correto afirmar que:

- (A) a construção, a conservação, a modernização e o reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB) serão, para todos os efeitos legais e fiscais, equiparadas à operação de exportação.
- (B) nas embarcações de bandeira brasileira serão necessariamente brasileiros o Comandante, o Chefe de Máquinas e um terço da tripulação.
- (C) nas embarcações registradas no REB serão necessariamente brasileiros o Comandante, o Chefe de Máquinas e dois terços da tripulação.
- (D) as embarcações inscritas no REB não são isentas do recolhimento de taxa para manutenção do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.
- (E) a inscrição no REB será feita na Capitania dos Portos, ou suas Delegacias e Agências subordinadas, e não suprime, mas sendo complementar, o registro de propriedade marítima, conforme dispõe a Lei nº 7.652, de 3 de fevereiro de 1988.

QUESTÃO 8

De acordo com a NORMAM-01/DPC, as embarcações deverão estar providas de pessoal adequadamente capacitado para agir prontamente nas situações de emergência. Deverá haver uma perfeita familiarização entre o homem e todos os meios, equipamentos, dispositivos e instalações que possam ser empregados nas situações de emergência, principalmente quando resultarem em abandono da embarcação. Assim, assinale a opção correta referente aos exercícios de emergência.

- (A) A bordo dos navios de passageiros, deverá haver um exercício de abandono do navio e um exercício de combate a incêndio todos os meses.
- (B) Nos navios, os exercícios da tripulação devem ser efetuados dentro das 48 horas que se seguem à saída de um porto, se mais de 15% da tripulação não houver participado de exercícios de abandono do navio e de combate a incêndio a bordo do navio em questão no mês precedente.
- (C) Nas plataformas os exercícios deverão ser realizados trimestralmente nas datas determinadas pelo Gerente da Instalação Offshore (GIO).
- (D) A bordo de um navio que efetue uma viagem internacional curta, se uma chamada não for realizada na partida, os passageiros deverão ser alertados sobre as instruções de emergência.
- (E) Todo membro da tripulação deve participar de um exercício de abandono do navio ou da plataforma e de um exercício de combate a incêndio, pelo menos uma vez a cada dois meses.

QUESTÃO 9

De acordo com a Lei 7.573/1986, os cursos do Ensino Profissional Marítimo poderão ser ministrados em Organizações estranhas à Marinha, específicas ou não de ensino, a critério de que Órgão?

- (A) Comando da Marinha.
- (B) Estado Maior da Armada.
- (C) Diretoria de Portos e Costas.
- (D) Diretoria Geral de Navegação.
- (E) Comando do Distrito Naval.

QUESTÃO 10

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas da sentença abaixo.

Segundo a NORMAM-04/DPC, deverá ser realizada vistoria de condição em todo navio graneleiro e navio de transporte combinado (*ore-oil* ou *ore-bulk-oil*) com idade igual ou superior a _____, que demande porto nacional para carregamento de granéis sólidos de peso específico maior ou igual a _____, tais como minério de ferro, bauxita, manganês e fosfato, assim como nos navios destinados ao carregamento de carga viva.

- (A) 14 anos / 2,17tm³
- (B) 15 anos / 1,78tm³
- (C) 15 anos / 1,51tm³
- (D) 18 anos / 1,51tm³
- (E) 18 anos / 1,78tm³

QUESTÃO 11

De acordo com a NORMAM-03/DPC, assinale a opção correta quanto à obrigatoriedade de inscrição e/ou registro de embarcação.

- (A) Estão dispensadas de inscrição as embarcações com comprimento igual ou menor a 12 metros.
- (B) Para embarcações miúdas sem propulsão a inscrição será simplificada.
- (C) Estão dispensados de inscrição os dispositivos flutuantes destinados a serem rebocados com até 10 metros de comprimento.
- (D) A Provisão de Registro de Propriedade Marítima (PRPM) comprova a regularidade de embarcações registradas com AB maior que 50.
- (E) Flutuantes destinados a operar ou funcionar como casas flutuantes deverão emitir PRPM.

QUESTÃO 12

De acordo com a NORMAM-20/DPC, que dispõe sobre o gerenciamento da água de lastro de navios, é correto afirmar que:

- (A) as plataformas semisubmersíveis e as flutuantes de perfuração não estão isentas dos procedimentos de troca da água de lastro, quando seu deslocamento se der no Mar Territorial e na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileiras.
- (B) as plataformas semisubmersíveis e as flutuantes de produção não estão isentas dos procedimentos de troca da água de lastro, a partir do momento de sua instalação no local de operação e durante o período em que permanecer na locação.
- (C) o Certificado de Isenção será válido por até 6 (seis) anos.
- (D) o Certificado de Isenção será expedido pela Capitania dos Portos da área de jurisdição.
- (E) os lançamentos no Livro Registro de Água de Lastro (BWRB) deverão ser mantidos a bordo do navio por um período mínimo de 2 (dois) anos depois que o último lançamento tiver sido feito.

QUESTÃO 13

De acordo com o artigo 18 da Lei 12.815/2013 que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, dentro da área do Porto Organizado, compete à Autoridade Portuária sob coordenação da Autoridade Marítima:

- (A) estabelecer e divulgar o porte bruto máximo e as dimensões máximas dos navios que trafegarão, em função das limitações e características físicas do cais do porto.
- (B) autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto.
- (C) promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto.
- (D) fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias.
- (E) suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário.

QUESTÃO 14

De acordo com a Lei 9.966/2000, a definição das características das instalações e meios destinados ao recebimento e tratamento de resíduos e ao combate da poluição será feita mediante estudo técnico, o qual deverá estabelecer:

- (A) a qualidade e o tipo de equipamentos, materiais e meios de transporte destinados a atender situações emergenciais de poluição.
- (B) os parâmetros e a metodologia de controle operacional.
- (C) o cronograma de remoção e o início de operação das instalações.
- (D) as dimensões e a preparação apropriada das instalações.
- (E) a capacidade das instalações de recebimento e tratamento dos diversos tipos de resíduos, padrões de qualidade e locais de carga de seus efluentes.

QUESTÃO 15

Segundo a NORMAM-33/DPC, define-se como Folga Dinâmica Abaixo da Quilha (FDAQ) a determinação da Folga abaixo da Quilha a partir da utilização de sistemas (softwares) que consideram e atualizam constantemente os fatores relativos ao nível da água, ao navio e ao fundo, com base em modelos de previsão e monitoramento. A implantação desse sistema em portos nacionais está condicionada ao cumprimento de uma série de requisitos técnicos dentre eles a sua capacidade de integrar os fatores ambientais atuantes nos navios-tipo considerados com outros fatores relevantes, tais como o efeito squat, o trim do navio, a resposta às ondas e as folgas devido ao tipo de fundo. Segundo a NORMAM-33/DPC, em portos nacionais, de quem será a responsabilidade na operação, manutenção e atualização desse sistema?

- (A) Da empresa contratada pela Autoridade Portuária e proprietária do software, em conjunto com a Capitania dos Portos, suas Delegacias e Agências na jurisdição do Porto.
- (B) Da Autoridade Portuária ou Administração Portuária, quando for o caso, em coordenação com a Capitania dos Portos da jurisdição do Porto.
- (C) Da empresa proprietária do software e contratada pela Autoridade Portuária ou Administração Portuária, quando for o caso.
- (D) Da Autoridade Portuária em conjunto com outros Órgãos de interesse, como por exemplo os Órgãos Ambientais.
- (E) Da Autoridade Portuária ou Administração Portuária, conforme o caso, e da empresa contratada e seus operadores.

QUESTÃO 16

De acordo com a NORMAM-33/DPC, normalmente, a Folga Abaixo da Quilha (FAQ) é determinada de forma estática a partir de requisitos baseados nas condições meteorológicas prevalentes (padrões) nos canais de acesso e bacias de manobra, bem como nos fatores relacionados ao nível da água, ao navio e ao fundo. Assinale a opção que apresenta um "fator relativo ao navio" que servirá de estudo para o cálculo do calado máximo recomendado.

- (A) Variação da maré durante o trânsito e a manobra do navio.
- (B) Tolerância para incerteza da maré.
- (C) Tolerância para condições desfavoráveis.
- (D) Tolerância para alterações entre dragagens.
- (E) Calado estático, incluindo trim e list.

QUESTÃO 17

De acordo com a NORMAM-13/DPC, constitui infração às regras do tráfego aquaviário a inobservância de qualquer preceito das normas emitidas pela Autoridade Marítima (NORMAM) ou de resolução internacional ratificada pelo Brasil, ficando o infrator sujeito à aplicação de penalidade. As penalidades serão aplicadas mediante Procedimento Administrativo, que se inicia com o auto de infração, assegurando o contraditório e a ampla defesa. A inscrição será cancelada quando:

- (A) o aquaviário fizer uso de documento adulterado ou falsificado, ou prestar informação falsa para fim de anotações na CIR, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas na legislação vigente.
- (B) o aquaviário estiver inscrito em mais de uma Capitania dos Portos ou suas Delegacias e Agências subordinadas.
- (C) o aquaviário for aposentado por invalidez impeditiva de exercer a profissão.
- (D) o inscrito deixar de exercer sua profissão de aquaviário por mais de 10 (dez) anos consecutivos.
- (E) for verificada a existência de inscrição anterior para o mesmo aquaviário (duplicidade de inscrição).

QUESTÃO 18

De acordo com a NORMAM-16/DPC, compete aos Comandantes de Distritos Navais como Representantes da Autoridade Marítima para o Socorro e Salvamento:

- (A) elaborar o plano de execução, que contemplará o cronograma dos eventos a serem executados, contendo as datas previstas para início e término dos trabalhos.
- (B) determinar a elaboração e aprovar as Normas da Autoridade Marítima relativas à assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis.
- (C) delegar a execução de serviços de assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores a outros órgãos federais, estaduais, municipais e, por concessão, a particulares, em áreas definidas de jurisdição.
- (D) promover, coordenar e controlar a execução das atividades de assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo, nos portos e nas vias navegáveis interiores.
- (E) coordenar e controlar a execução de atividades de assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo, nos portos e nas vias navegáveis interiores, podendo subdelegar.

QUESTÃO 19

De acordo com a NORMAM-15/DPC, definem-se como condição perigosa e/ou especial em uma atividade de mergulho situações em que uma operação de mergulho envolva riscos adicionais ou condições adversas. Assinale a opção que apresenta uma situação que envolva riscos em uma atividade de mergulho.

- (A) Trabalho com correntezas superiores a 0,5 nós.
- (B) Mergulho em águas subtropicais (temperatura da água abaixo de 10 °C).
- (C) Proximidade de emissões de sonar ou de pesquisas sísmicas.
- (D) Mergulhos com mais de 25 metros de distância do ponto de partida até o local efetivo do trabalho.
- (E) Estado de mar correspondente ou superior a 2, conforme referência da Escala Beaufort.

QUESTÃO 20

De acordo com as medidas administrativas atinentes à Lei 9.537/1997, é INCORRETO afirmar que:

- (A) a embarcação apreendida deve ser recolhida a local determinado pela autoridade marítima.
- (B) a autoridade marítima designará responsável pela guarda de embarcação apreendida, o qual poderá ser seu proprietário, amador, ou preposto.
- (C) a irregularidade determinante da apreensão deve ser sanada no prazo de 90 (noventa) dias.
- (D) o proprietário, armador ou preposto responde, nesta ordem, perante a autoridade marítima, pelas despesas relativas ao recolhimento e guarda da embarcação apreendida.
- (E) caso a irregularidade não seja sanada, a embarcação poderá ser leiloada ou incorporada aos bens da União.

QUESTÃO 21

De acordo com a NORMAM-01/DPC, deverá ser prevista pelo menos uma rampa, adequada às características da embarcação e ao local onde se efetua o embarque/desembarque de passageiros, para facilitar a entrada e saída dos passageiros. Essa rampa deverá apresentar a seguinte característica:

- (A) Balaustrada em pelo menos um dos bordos da rampa, com pelo menos 0,30 m de altura e largura mínima de 0,30 m.
- (B) resistência suficiente para possibilitar a passagem das pessoas, mesmo apresentando uma flexão significativa.
- (C) balaustrada (que pode ser removível) em pelo menos um dos bordos da rampa e com pelo menos 0,50 m de altura.
- (D) largura mínima de 0,50 m.
- (E) dispositivo antiderrapante no piso, o qual poderá consistir de travessões instalados no sentido transversal com espaçamento não superior a 1,0 m.

QUESTÃO 22

De acordo a NORMAM-02/DPC é requisito para o transporte de carga no convés:

- (A) nenhuma carga, guindaste ou qualquer obstrução a vante do passadiço poderá criar um setor cego superior a 30°. O somatório de setores cegos não poderá exceder a 40° e os setores livres entre dois setores cegos deverão ter, pelo menos, 2°.
- (B) a altura do topo das janelas frontais do passadiço deverá permitir a visão do horizonte, na direção da proa, para uma pessoa com altura dos olhos de 1,50 m, situada na posição de governo principal (posição do timoneiro), quando o navio estiver caturrando.
- (C) a visão da superfície do mar na proa da embarcação, observada do passadiço, não deve ser obstruída além de uma distância correspondente a mais do que 4 (quatro) comprimentos da embarcação, ou 1000 m, o que for menor.
- (D) a partir de cada asa do passadiço, o campo de visão horizontal deve estender-se por um arco de pelo menos 125°, contados a partir de 45° da linha de centro, pelo bordo oposto, mais os 90° do bordo da referida asa.
- (E) o campo de visão horizontal, a partir do posto de governo principal, deverá se estender sobre um arco a partir da linha de centro, na proa, até pelo menos 60° para cada bordo do navio.

QUESTÃO 23

De acordo com a NORMAM-17/DHN, define-se como sendo "Sinal Náutico" o auxílio visual à embarcação, construído pelo homem e externo à embarcação, estabelecido especificamente para transmitir informações ao navegante, de forma a possibilitar-lhe um posicionamento seguro. Considerando os tipos e definições dos sinais náuticos preconizados na NORMAM-17/DHN, é correto afirmar que:

- (A) "boia luminosa" consiste de um sinal luminoso, estabelecido em posição geográfica determinada e constituído por uma estrutura tubular longa, dotada de corpo de flutuação submerso, destinada à sinalização.
- (B) "boia cega" consiste de um sinal cego, constituído de uma haste que se articula à poita por meio de um sistema "Cardan", dotado de corpo de flutuação submerso e estabelecido em águas rasas.
- (C) "farolete" consiste de um auxílio à navegação constituído por uma estrutura fixa, de forma/cores distintas, dotado de equipamento luminoso com alcance luminoso superior a 10 milhas náuticas.
- (D) "farol" consiste de um Auxílio à navegação, constituído por uma estrutura fixa, de forma/ cores distintas, dotado de equipamento luminoso com alcance luminoso noturno igual ou inferior a 10 milhas náuticas.
- (E) "boia" consiste de um corpo flutuante de dimensões, formas e cores definidas, estabelecido em posição geográfica determinada, fundeado por meio de equipamento de fundeio específico, dotado ou não de equipamento luminoso, sonoro ou radioelétrico, encimado ou não por marca de tope.

QUESTÃO 24

Dentre os documentos previstos na NORMAM-04/DPC, para a emissão do Atestado de Inscrição Temporária de uma embarcação estrangeira que deseja operar em Águas Jurisdicionais Brasileiras, existe a "declaração de conformidade para operação em a AJB", emitida pela Autoridade Marítima Brasileira após a realização da Perícia Técnica para Operação em AJB. Esse documento atesta que a embarcação cumpre com os requisitos estabelecidos nas convenções e códigos internacionais ratificados pelo Brasil e na regulamentação nacional aplicável. Segundo a NORMAM-04/DPC, qual é a validade da declaração de conformidade para operação em AJB, a contar da data da realização da perícia?

- (A) 1 ano.
- (B) 2 anos.
- (C) 3 anos.
- (D) 4 anos.
- (E) 5 anos.

QUESTÃO 25

A partir da Conferência Diplomática sobre Proteção Marítima realizada em Londres em dezembro de 2002, instituiu-se o Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações (ISPS-CODE). Dentre as orientações previstas nesse código, existe o estabelecimento de três níveis de proteção aplicáveis em um determinado período e de responsabilidade dos Governos Contratantes, que podem ser aplicáveis a navios e instalações portuárias. No que se refere aos níveis de proteção previstos no presente código, é correto afirmar que:

- (A) o Nível 1 - é considerado normal, no qual há apenas a operação logística do terminal sem a operação de navios.
- (B) o Nível 2 - é considerado elevado, no qual há a necessidade de aprovação de uma Avaliação de Proteção das Instalações Portuárias.
- (C) o Nível 3 - é considerado excepcional e aplicável pelo período em que há um risco provável ou iminente de um incidente de proteção.
- (D) o Nível 1 - é considerado normal, no qual são empregadas medidas para o controle e cumprimento do código e teste dos planos já aprovados.
- (E) o Nível 3 - é, considerado excepcional, no qual deverá ser instituído o Plano de Proteção das Instalações Portuárias e demais emendas subsequentes.

QUESTÃO 26

De acordo com a NORMAM-25/DHN, define-se como Levantamento Hidrográfico (LH) o conjunto de atividades executadas na obtenção de dados batimétricos, geológicos, maregráficos, fluviométricos, topo-geodésicos, oceanográficos e geofísicos, em áreas marítimas, fluviais, lacustres e em canais naturais ou artificiais, navegáveis ou não, que não tenham como finalidade a pesquisa pura e a investigação científica. Os LH são subdivididos em duas categorias: "A", cujo emprego de especificações técnicas permitirá o aproveitamento dos dados obtidos para a atualização de documentos náuticos, e "B", que não possui o propósito de produzir elementos que sirvam para atualização de documentos náuticos. No que concerne aos LH realizados em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), a quem compete determinar a elaboração e orientar a execução do Plano Cartográfico Náutico Brasileiro (PCNB)?

- (A) Estado Maior da Armada.
- (B) Diretoria Geral de Navegação.
- (C) Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.
- (D) Diretoria de Hidrografia e Navegação.
- (E) Gabinete do Comandante da Marinha.

QUESTÃO 27

De acordo com o Decreto 4.136/2002, qual penalidade é aplicada ao navio, enquadrado na Convenção CLC/69, que deixar de possuir o Certificado nela previsto ou garantia financeira equivalente ou outro Certificado de maior ou igual cobertura para que possa trafegar ou permanecer em águas sob jurisdição nacional?

- (A) Multa do Grupo I.
- (B) Impedimento de trafegar ou permanecer em águas sob jurisdição nacional.
- (C) Multa do Grupo I e suspensão imediata das atividades da empresa transportadora em situação irregular.
- (D) Multa do Grupo H.
- (E) Multa do Grupo H e retenção do navio até que a situação seja regularizada.

QUESTÃO 28

Segundo a NORMAM-29/DPC, quando houver ocorrência de um incidente envolvendo a perda ou a probabilidade de perda para o mar de uma carga perigosa, tal fato deverá ser informado imediatamente à Capitania, Delegacia ou Agência de jurisdição da área onde tenha ocorrido o incidente, bem como às demais autoridades competentes, conforme a seguinte situação:

- (A) quando não se tratar de material radioativo, deverá ser informada a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e o Órgão Ambiental.
- (B) quando se tratar de material radioativo, deverá ser informada a CNEN e o Órgão Ambiental.
- (C) quando se tratar de material radioativo, deverá ser informado apenas ao Órgão Ambiental.
- (D) quando se tratar de material radioativo, deverá ser informada apenas a CNEN.
- (E) quando se tratar de material radioativo ou não, deverá ser informada apenas a Autoridade Marítima.

QUESTÃO 29

De acordo com a NORMAM-01/DPC, as embarcações empregadas em viagens em cujo transcurso seja provável o emprego de práticos deverão ser dotadas de dispositivos para embarque de práctico. Marque a opção que apresenta uma operação segura para o embarque do práctico.

- (A) Quando a altura a ser escalada pelo Prático for superior a 6 m, a subida a bordo, a partir da escada de práctico, deve se efetuar com a ajuda da escada de portaló.
- (B) Se o navio estiver em movimento, o embarque ou desembarque do práctico deve ser feito com o navio com marcha adiante e velocidade máxima de 7 a 8 nós.
- (C) Em caso de necessidade, devem estar prontas para serem usadas duas boças solidamente amarradas à embarcação, tendo pelo menos 32 mm de diâmetro.
- (D) em relação a escada de práctico, para que possa ter acesso ao navio, com segurança e comodidade, o práctico não deverá subir menos do que 2,0 m nem mais do que 10,0 m.
- (E) Para receber o práctico, a escada deverá ser lançada a barlavento.

QUESTÃO 30

Segundo a NORMAM-11/DPC, define-se como Parque Eólico Marítimo a área marítima restrita à navegação onde estão instalados aerogeradores destinados a transformar energia eólica em energia elétrica. A implantação desse tipo de empreendimento requer do interessado a obtenção junto à Autoridade Marítima de Parecer Favorável, atestando que a obra requerida não causará embaraços e prejuízos à navegação local, tão pouco ao ordenamento do espaço aquaviário. Dentre os critérios que serão avaliados pelas Capitânicas dos Portos, suas Delegacias e Agências subordinadas no projeto de implantação de um Parque Eólico Marítimo, refere-se ao lado do perímetro do Parque Eólico Marítimo que deve estar:

- (A) a mais de 2 milhas náuticas das rotas dos navios mercantes SOLAS.
- (B) a pelo menos 1 milha náutica e meia das rotas dos navios mercantes SOLAS.
- (C) a mais de 1 milha náutica das rotas dos navios mercantes SOLAS e 500m das embarcações de pesca, de esporte e recreio ou não SOLAS.
- (D) a mais de 2 milhas náuticas das rotas dos navios mercantes SOLAS e 300m das embarcações de pesca, de esporte e recreio ou não SOLAS.
- (E) a pelo menos 1 milha náutica de todos os tipos de embarcações, sejam navios mercantes SOLAS ou não.

QUESTÃO 31

A empresa Norueguesa Explorer Fantasy, que possui notória experiência internacional em atividades de pesquisa/exploração de bens soçobrados, solicitou, a partir de sua filial no Brasil, autorização à Capitania dos Portos de Santa Catarina para realizar pesquisa de um bem soçobrado nas proximidades da Praia dos Ingleses. Segundo informações colhidas com a própria Capitania dos Portos, a embarcação soçobrada, objeto da presente solicitação, trata-se de um navio Mercante cujo sinistro teria ocorrido no ano de 2001. Segundo a NORMAM-10/DPC, a quem compete autorizar o processo de pesquisa do bem submerso?

- (A) Chefe do Estado Maior da Armada.
- (B) Comandante de Operações Navais.
- (C) Diretor de Portos e Costas.
- (D) Comandante do Distrito Naval.
- (E) Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

QUESTÃO 32

De acordo com a Lei 7.203/1984, que dispõe sobre a assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores, é correto afirmar que:

- (A) a empresa responsável pela assistência e salvamento deverá estar homologada pela DPC.
- (B) a remuneração devida a prestação de serviço de assistência e salvamento será objeto de acordo entre as partes interessadas.
- (C) aqueles que estiverem prestando serviços de busca e salvamento e que participarem de operações de assistência e salvamento não terão direito a remuneração.
- (D) a intervenção da autoridade naval depende de solicitação ou da vontade expressa dos responsáveis pela embarcação assistida.
- (E) qualquer ato de assistência e salvamento que tenha resultado útil poderá exceder o valor da embarcação, coisas ou bens salvos.

QUESTÃO 33

Considerando a Lei 9.537/1997, no que tange à aplicação de penalidades, coloque V(verdadeiro) ou F(falso) nas afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

- () As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo, que se inicia com o auto de infração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- () Constatada infração, será lavrado Auto de Infração pela autoridade competente designada pela Autoridade Marítima.
- () A cópia do Auto de Infração será entregue ao infrator, que disporá de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de recebimento do Auto, para apresentar sua defesa.
- () A autoridade disporá de 30 (trinta) dias para proferir sua decisão, devidamente fundamentada.
- () Caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da respectiva notificação, dirigido à autoridade superior designada pela Autoridade Marítima.

- (A) (V) (V) (F) (V) (F)
- (B) (V) (V) (V) (V) (F)
- (C) (V) (V) (F) (F) (F)
- (D) (F) (V) (V) (F) (V)
- (E) (F) (V) (V) (V) (V)

QUESTÃO 34

Conforme preconizado na NORMAM-08/DPC, entende-se por Operação *Ship to Ship* (STS), a operação de transferência de petróleo e seus derivados, gases liquefeitos e químicos, como carga, entre dois navios localizados em AJB, excetuando-se as plataformas fixas, plataformas flutuantes, FPSO e FSU. A condução desse tipo de operação, considerada especial, deverá ser realizada por um Provedor de Serviços STS (*STS Service Provider*), cadastrada previamente junto à Autoridade Marítima, cabendo-lhe a responsabilidade na organização e assistência da operação STS, com o fornecimento, inclusive, se necessário, de pessoal habilitado e equipamentos durante todo o período da supracitada operação. Segundo a NORMAM-08/DPC, a empresa interessada em ser Provedor de Serviço STS deverá solicitar seu cadastramento junto a qual Organização Militar?

- (A) Capitania dos Portos, suas Delegacias e/ou Agências subordinadas com jurisdição na área de operação STS.
- (B) Diretoria de Portos e Costas.
- (C) Comandante do Distrito Naval com jurisdição na área de operação STS.
- (D) Diretoria de Hidrografia e Navegação.
- (E) Centro Integrado de Segurança Marítima.

QUESTÃO 35

De acordo com a NORMAM-07/DPC, no que tange a áreas seletivas para navegação, é correto afirmar que:

- (A) embarcações utilizando propulsão a remo ou à vela poderão trafegar a partir de cinquenta metros da linha base.
- (B) embarcações de propulsão a motor, reboque de esqui aquático, paraquedas e painéis de publicidade poderão trafegar a partir de cem metros da linha base.
- (C) embarcações de aluguel que operam nas imediações das praias e margens, poderão fundear em boias.
- (D) embarcações de propulsão a motor ou à vela poderão se aproximar da linha base para atracar, caso não haja qualquer dispositivo contrário estabelecido pela autoridade competente.
- (E) toda aproximação deverá ser feita perpendicular à linha base e com velocidade não superior a três nós, preservando a segurança dos banhistas.

QUESTÃO 36

Sobre a composição e especificidades dos Juízes que compõem Tribunal Marítimo, previsto na Lei 2180/1954, é correto afirmar que:

- (A) o Tribunal Marítimo é composto por 07 juízes, sendo 01 Oficial General, 02 Juízes Militares e 04 Juízes Cíveis.
- (B) as nomeações dos Juízes Militares e Cíveis serão feitas pelo Ministro da Defesa, mediante proposta do Comandante da Marinha.
- (C) tanto os Juízes Militares quanto os Cíveis serão nomeados mediante aprovação em concurso de títulos e provas, realizado perante banca examinadora constituída pelo Presidente do Tribunal Marítimo.
- (D) os Juízes Cíveis poderão exercer advocacia ou prestar serviços profissionais em favor de partes interessadas nas atividades de navegação, sem prejuízos às atividades desenvolvidas pelo Tribunal Marítimo.
- (E) o Presidente do Tribunal Marítimo indicado possuirá mandato de quatro anos, renováveis por igual período, respeitados, porém, os limites de idade estabelecidos para permanência no Serviço Público.

QUESTÃO 37

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas da sentença abaixo.

De acordo com a Normam-06/DPC, para solicitar a prorrogação de um certificado estatutário, o proprietário, o armador ou seu representante legal deverá apresentar, com pelo menos _____ de antecedência da data de vencimento do certificado, o requerimento onde deverão ser informadas as justificativas ao pleito, considerando que a embarcação esteja em AJB. E somente _____ poderá prorrogar, em casos extraordinários, a validade de um certificado estatutário.

- (A) 30 dias / o Comando do Distrito Naval
- (B) 60 dias / a Capitania dos Portos, ou suas Delegacias e Agências subordinadas
- (C) 90 dias / a Diretoria de Portos e Costas
- (D) 120 dias / a Capitania dos Portos ou suas Delegacias e Agências subordinadas
- (E) 150 dias / a Diretoria Geral de Navegação.

QUESTÃO 38

De acordo com a NORMAM-13/DPC, em caso de suspeita de falsidade documental, é correto afirmar que:

- (A) quando houver dúvidas quanto à veracidade ou autenticidade dos documentos apresentados, deverá ser instaurado Inquérito Policial Militar (IPM).
- (B) os documentos sob suspeita deverão ser apreendidos imediatamente após a conclusão da sindicância pelos Agentes da Autoridade Marítima e integrarão os autos do IPM, devendo ser periciados.
- (C) no caso em que a Sindicância confirme a adulteração ou falsidade de documento, a sua solução deverá consignar expressamente que será instaurado o Procedimento Administrativo.
- (D) encerrada a sindicância e o competente Procedimento Administrativo e cumprida a sanção de suspensão da inscrição na Marinha Mercante, o aquaviário não poderá mais requerer sua regularização para o exercício profissional das atividades para as quais esteja habilitado.
- (E) mesmo não sendo configurado o crime como militar, deverá ser instaurado IPM, após a sindicância devidamente instruída com a apuração do fato delituoso e com a coleta de todas as provas de ilícito e de sua autoria, cuja cópia deverá ser encaminhada ao Ministério Público Federal.

QUESTÃO 39

A Autoridade Marítima, enquanto responsável pelo cumprimento da Lei 9.966/2000, possui quais atribuições:

- (A) Avaliar os danos ambientais causados por incidentes nos portos organizados, dutos, instalações portuárias, navios, plataformas e suas instalações de apoio.
- (B) Fiscalizar diretamente, ou mediante convênio, as plataformas e suas instalações de apoio, os dutos e as instalações portuárias, no que diz respeito às atividades de pesquisa, perfuração, produção, tratamento, armazenamento e movimentação de petróleo e seus derivados e gás natural.
- (C) Encaminhar à Procuradoria-Geral da República relatório circunstanciado sobre os incidentes causadores de dano ambiental para a propositura das medidas judiciais necessárias.
- (D) Levantar dados e informações e apurar responsabilidades sobre os incidentes com navios, plataformas e suas instalações de apoio que tenham provocado danos ambientais.
- (E) Realizar o controle ambiental e a fiscalização dos portos organizados, instalações portuárias, estaleiros, navios, plataformas e suas instalações de apoio e avaliar os danos ambientais causados por incidentes ocorridos nessas unidades.

QUESTÃO 40

Segundo o Código Internacional de Gerenciamento de Segurança (ISM-CODE), um Documento Provisório de Conformidade poderá ser emitido para facilitar a implementação inicial desse Código. Assinale a opção que apresenta a condição que estabelece essa possibilidade.

- (A) Quando a Companhia identificar potenciais situações de emergência a bordo de um determinado navio.
- (B) Quando houver a necessidade de prover práticas seguras na operação de navio em um ambiente seguro de trabalho.
- (C) Quando houver informações relevantes ao sistema de gerenciamento de segurança de um novo navio.
- (D) Quando houver novos tipos de navios adicionados a um Documento de Conformidade existente.
- (E) Quando houver a mudança de bandeira de um determinado navio.

QUESTÃO 41

De acordo com a Lei 7.273/1984, que dispõe sobre a Busca e Salvamento de Vida Humana em Perigo no Mar, nos Portos e nas Vias Navegáveis Interiores, é INCORRETO afirmar, que:

- (A) o pedido de auxílio de serviço de busca e salvamento será comunicado pela Autoridade Naval às embarcações brasileiras que estejam nas proximidades da área.
- (B) a determinação do Armador ou proprietário ou de terceiros, para não prestar os serviços de busca e salvamento, não isenta o comandante dessa obrigatoriedade.
- (C) o auxílio para o serviço de busca e salvamento poderá consistir em simples comunicação do fato à Autoridade Naval, ou em providências que possibilitem o recebimento da informação, em tempo hábil, por essa autoridade.
- (D) o Comandante deverá lançar no Diário de Navegação, ou em documento similar, as razões que o levaram a decidir pela impossibilidade ou não necessidade da prestação dos serviços de busca e salvamento de vida humana em perigo no mar, nos portos ou nas vias navegáveis interiores.
- (E) o Ministério da Marinha poderá delegar a execução de serviço de busca e salvamento a outros órgãos federais, estaduais, municipais e, por concessão, a particulares, em áreas definidas de jurisdição.

QUESTÃO 42

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas da sentença abaixo.

De acordo com a NORMAM-20/DPC, as informações sobre água de lastro das embarcações (Formulário para informações relativas à água utilizada como lastro) deverão ser preenchidas e encaminhadas aos Agentes da Autoridade Marítima em cuja jurisdição situa o porto de destino pelos respectivos Comandantes ou seus Agentes Marítimos, no prazo máximo de _____ após a atracação ou fundeio da embarcação. A embarcação deverá manter a bordo, por um período de pelo menos _____, um exemplar desse formulário para atender à Inspeção Naval.

- (A) 1h / 1 ano.
- (B) 2hs / 1 ano.
- (C) 4hs / 2 anos.
- (D) 6hs / 2 anos.
- (E) 6hs / 1 ano.

QUESTÃO 43

Em relação ao processo de credenciamento de Entidades Extra Marinha do Brasil para ministrar cursos do EPM, segundo a NORMAM-30/DPC, é correto afirmar que:

- (A) durante todo o processo, até o término dos cursos, as Entidades ficarão vinculadas a um Órgão de Apoio (OA) com jurisdição na área, que será o responsável pela fiscalização.
- (B) caso a Entidade credenciada seja advertida por duas vezes, durante a vigência do período de um credenciamento, este será cassado.
- (C) os instrutores, uma vez aprovados pela equipe de credenciamento para determinada disciplina, não necessitarão mais ser submetidos ao mesmo processo para a referida disciplina por um período de 3 (três) anos.
- (D) o pedido de credenciamento não terá prosseguimento se persistirem as não conformidades detectadas por mais de 180 (cento e oitenta) dias.
- (E) uma empresa que tenha seu credenciamento cassado somente poderá solicitar novo credenciamento após o período mínimo de dois anos.

QUESTÃO 44

Correlacione os Órgãos que constituem o Sistema de Ensino Profissional Marítimo (SEPM) às Organizações Militares e assinale a opção que apresenta a sequência correta.

- I- Órgão Central
- II- Órgão de Execução
- III- Órgão de Apoio

- () Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar
- () Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha
- () Agência da Capitania dos Portos no Oiapoque
- () Centro de Instrução e Adestramento de Brasília
- () Centro de Instrução Almirante Newton Braga
- () Diretoria de Portos e Costas
- () Capitania Fluvial de Minas Gerais

- (A) (III) (-) (III) (II) (III) (I) (II)
- (B) (II) (III) (II) (III) (-) (I) (II)
- (C) (III) (-) (III) (I) (II) (II) (III)
- (D) (II) (I) (II) (III) (III) (-) (II)
- (E) (III) (I) (II) (III) (III) (II) (-)

QUESTÃO 45

De acordo com a NORMAM-13/DPC, quem concede a Licença de Categoria/Capacidade Superior?

- (A) Capitão dos Portos ou Delegado.
- (B) Diretor de Portos e Costas.
- (C) Centro de Instrução Almirante Graça Aranha ou Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar.
- (D) Diretor Geral de Navegação.
- (E) Agência da Capitania dos Portos.

QUESTÃO 46

Um indivíduo em estado de embriaguez foi abordado conduzindo uma embarcação. Quando não constituir crime previsto em Lei, qual seria a penalidade imputada a esse indivíduo pelo que determina o Decreto 2.596/1998?

- (A) Multa do grupo D e suspensão do Certificado de Habilitação.
- (B) Multa do grupo C e apreensão do Certificado de Habilitação.
- (C) Suspensão do Certificado de Habilitação por até 120 dias.
- (D) Suspensão do Certificado de Habilitação por até 90 dias.
- (E) Apreensão do Certificado de Habilitação por até 120 dias.

QUESTÃO 47

De acordo com a NORMAM-10/DPC, sobre a propriedade dos bens afundados, submersos, encalhados ou perdidos em águas sob jurisdição nacional, é correto afirmar que:

- (A) permanecem na propriedade de seus donos originais mesmo que eles declarem seu perdimento, desde que transcorra o prazo de cinco anos.
- (B) passam para a propriedade da União, caso constituam um perigo à navegação e ao meio ambiente.
- (C) passam para a propriedade da União, independentemente da declaração de seus donos, considerando perdido o bem, desde que já tenham decorridos três anos do afundamento ou encalhe.
- (D) permanecem na propriedade de seus donos originais até que eles declarem seu perdimento e que tenha transcorrido o prazo de cinco anos do afundamento ou encalhe.
- (E) passam para a propriedade da União após transcorrido o prazo de dez anos do afundamento ou encalhe independentemente da declaração de seu perdimento por parte dos seus donos.

QUESTÃO 48

Segundo o preconizado no Decreto 94.536/1987, quais são os deveres que competem aos Professores do Sistema de Ensino Profissional Marítimo?

- (A) Cumprir as normas e instruções técnico-psicológicas estabelecidas para o Ensino Profissional Marítimo e o currículo do curso que lhe for atribuído.
- (B) Colaborar, quando determinado pela direção do estabelecimento de ensino, na correção de provas para exames e concursos.
- (C) Executar outras tarefas concernentes às demais disciplinas, no interesse da Administração.
- (D) Dedicar, à orientação do estudo dirigido, parte do horário de seu regime de trabalho, quando determinado pela direção do estabelecimento de ensino.
- (E) Promover a modificação e aprovação de currículos quando solicitado pela Administração.

QUESTÃO 49

Segundo o preconizado no Decreto 2.596/1998, NÃO poderá ser considerado o autor material da infração:

- (A) o tripulante.
- (B) o proprietário, armador ou preposto da embarcação.
- (C) a pessoa física ou jurídica que construir ou alterar as características da embarcação.
- (D) o construtor ou locatário de obra sob, sobre ou às margens das águas.
- (E) o pesquisador, explorador ou proprietário de jazida mineral sob, sobre ou às margens das águas.

QUESTÃO 50

De acordo com a NORMAM-17/DHN, a quem compete, dentro da Estrutura da Autoridade Marítima, celebrar atos e acordos administrativos afetos a auxílios à navegação com entidades extra-Marinha do Brasil?

- (A) Diretoria Geral de Navegação.
- (B) Diretoria de Hidrografia e Navegação.
- (C) Centro de Auxílio à Navegação Almirante Moraes Rego.
- (D) Centro de Hidrografia da Marinha.
- (E) Serviços de Sinalização Náutica, por delegação de competência do Centro de Auxílio à Navegação Almirante Moraes Rego.

RASCUNHO PARA REDAÇÃO

TÍTULO:

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

INSTRUÇÕES GERAIS AO CANDIDATO

- 1 - Verifique se a prova recebida e a folha de respostas são da mesma cor (consta no rodapé de cada folha a cor correspondente) e se não faltam questões ou páginas. Escreva e assine corretamente seu nome, coloque seu número de inscrição e o dígito verificador (DV) apenas nos locais indicados;
- 2 - O tempo para a realização da prova será de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo necessário à redação e à marcação das respostas na folha de respostas, e não será prorrogado;
- 3 - Só inicie a prova após ser autorizado pelo Fiscal, interrompendo sua execução quando determinado;
- 4 - A redação deverá ser uma dissertação com ideias coerentes, claras e objetivas, escritas em língua portuguesa. Deverá ter, no mínimo, 20 linhas contínuas, considerando o recuo dos parágrafos, e no máximo 30 linhas;
- 5 - Iniciada a prova, não haverá mais esclarecimentos. O candidato somente poderá deixar seu lugar, devidamente autorizado pelo Supervisor/Fiscal, para se retirar definitivamente do recinto de prova ou, nos casos abaixo especificados, devidamente acompanhado por militar designado para esse fim:
 - atendimento médico por pessoal designado pela MB;
 - fazer uso de banheiro; e
 - casos de força maior, comprovados pela supervisão do certame, sem que aconteça saída da área circunscrita para a realização da prova.
 Em nenhum dos casos haverá prorrogação do tempo destinado à realização da prova; em caso de retirada definitiva do recinto de prova, esta será corrigida até onde foi solucionada;
- 6 - Use caneta esferográfica preta ou azul para preencher a folha de respostas;
- 7 - Confira nas folhas de questões as respostas que você assinalou como corretas antes de marcá-las na folha de respostas. Cuidado para não marcar duas opções para uma mesma questão na folha de respostas (a questão será perdida);
- 8 - Para rascunho, use os espaços disponíveis nas folhas de questões, mas só serão corrigidas as respostas marcadas na folha de respostas;
- 9 - O tempo mínimo de permanência dos candidatos no recinto de aplicação de provas é de 2 (duas) horas.
- 10 - Será eliminado sumariamente do processo seletivo/concurso e suas provas não serão levadas em consideração o candidato que:
 - a) der ou receber auxílio para a execução da Prova escrita objetiva de conhecimentos profissionais e da Redação;
 - b) utilizar-se de qualquer material não autorizado;
 - c) desrespeitar qualquer prescrição relativa à execução da Prova e da Redação;
 - d) escrever o nome ou introduzir marcas identificadoras noutro lugar que não o determinado para esse fim;
 - e) cometer ato grave de indisciplina; e
 - f) comparecer ao local de realização da Prova escrita objetiva de conhecimentos profissionais e da Redação após o horário previsto para o fechamento dos portões.
- 11 - Instruções para o preenchimento da folha de respostas:
 - a) use caneta esferográfica azul ou preta;
 - b) escreva seu nome em letra de forma no local indicado;
 - c) assine seu nome no local indicado;
 - d) no campo inscrição DV, escreva seu número de inscrição nos retângulos, da esquerda para a direita, um dígito em cada retângulo. Escreva o dígito correspondente ao DV no último retângulo. Após, cubra todo o círculo correspondente a cada número. Não amasse, dobre ou rasgue a folha de respostas, sob pena de ser rejeitada pelo equipamento de leitura ótica que a corrigirá; e
 - e) só será permitida a troca de folha de respostas até o início da prova, por motivo de erro no preenchimento nos campos nome, assinatura e número de inscrição, sendo de inteira responsabilidade do candidato qualquer erro ou rasura na referida folha de respostas, após o início da prova.
- 12 - Procure preencher a folha com atenção de acordo com o exemplo abaixo:

- 13 - Não será permitido levar a prova após sua realização. O candidato está autorizado a transcrever suas respostas, dentro do horário destinado à solução da prova, utilizando o modelo impresso no fim destas instruções, para posterior conferência com o gabarito que será divulgado. É proibida a utilização de qualquer outro tipo de papel para anotação do gabarito.

ANOTE SEU GABARITO										PROVA DE COR _____														
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50